

# Violência Familiar e Discurso Sagrado

Maria Cristina Rojas

A psicanálise do discurso sagrado trata de possibilitar que aquilo que se repete perca sua univocidade, abrindo para o sujeito um resquício de opção

**D**iz Piera Aulagnier: “Aos olhos dos outros a loucura é, antes de tudo, loucura de um discurso”<sup>2</sup>. Tratarei de definir uma forma de violência na família que é, antes de tudo, violência de um discurso. Designo como discurso familiar os intercâmbios da linguagem produzidos como circuito grupal. Discurso predominantemente verbal, mas ao mesmo tempo composto dos elementos não verbais.

Retomando conceitos de um trabalho anterior<sup>10</sup> que elaborei em conjunto com um grupo de pesquisa, assinalo como discurso violento aquele que tem como efeito a anulação do outro como sujeito diferenciado.

Defino violência como um exercício absoluto do poder de um ou mais sujeitos sobre outro, não reconhecido como sujeito do desejo e reduzido, em sua forma externa, a puro objeto.

Nesta apresentação vou ocupar-me de um discurso ao qual chamarei de *sagrado*; é um dos tipos de discurso-violento familiar. Trata-se de um discurso inquestionável, caracterizado por certezas compartilhadas, que impedem as diferenças e a singularidade.

**Maria Cristina Rojas** — Licenciada em Psicologia. Membro Titular e Docente da Associação Argentina de Psicologia e Psicoterapia de Grupo, com sede em Buenos Aires. Especialista em Psicanálise Familiar.  
Tradução de Edna Matosinho de Pontes

É transmitido através das gerações, tendendo a manter-se tão sólido e estável como os dogmas religiosos e a perpetuar-se por via da repetição.

Carrega assim a marca da irracionalidade e apodera-se dos sujeitos, restringindo sua liberdade, até a do pensamento.

Desta forma, a família se formula como uma organização estável que tende a preservar seus integrantes da dor vinculada à consciência da finitude, colocando-se como unidade fusional, fonte de todo amparo e saber.

Esse discurso se propõe a si próprio como ego ideal<sup>3</sup>. Congela as significações instaurando a primazia absoluta de um único sentido sobre o significante. Contém afirmações que abalizam o próprio discurso, assim como desqualificam qualquer outro em discordância com sua verdade.

Mãe: (ao terapeuta) conheço o meu filho. Sei o que quer e o que lhe convém. Você não vai me ensinar como conhecê-lo.

Pai: ninguém conhece tão bem um filho como sua mãe.

Neste caso, o pai é o enunciante da crença compartilhada que sustenta o discurso materno como sagrado e desqualifica o opositor.

Pai e mãe selecionam assim os dados que corroboram suas crenças e excluem aquelas que as refutam. Para isso, rejeitam os intercâmbios com a realidade passíveis de contradizer o modo como o próprio discurso a descreve e explica.

O discurso espreme a própria realidade que tem de ser como ele diz. As regras sagradas impõem como atuar, como pensar e, ainda, como desejar. Mas não é o desejo, por acaso, o reduto íntimo da singularidade? Pois bem, é para controlá-lo que se viola invasivamente o espaço pessoal.

Um controle onipotente trata de determinar a passividade e o ficar indefeso diante do discurso. O “novo”, isto é, o filho — ele-

mento diferente e inquietante — tende a ser especialmente controlado, pois seu crescimento ameaça o status quo. Então, só é possível ser a réplica exata do esperado e antecipado para cada um?

Em troca, está proibido evidenciar-se a passagem do tempo; há que se eternizar em um presente petrificado. Cada um tende a neutralizar o outro, impedindo de pensar a ponto de aquietar até mesmo sua fantasia e de fechar seus olhos e ouvidos abertos ao mundo.

O discurso espreme a própria realidade que tem de ser como ele diz. As regras sagradas impõem como atuar, como pensar e, ainda, como desejar.

Vou me deter no início de uma entrevista diagnóstica familiar. Trata-se da Família M, que me procura encaminhada pela escola. É integrada por Alejo, de cinco anos, sua mãe Elisa e o segundo marido de sua mãe, Daniel. Apresentam escassa motivação própria para a consulta, encarada por eles quase como um trâmite escolar. Desde seu nascimento Alejo foi privado do contato com o pai natural.

D (a Alejo) — Faça um Papai Noel (dá-lhe os materiais; próximos de Alejo, falam entre si em

voz muito baixa de modo que não posso escutá-los).

A (angustiado) — Tira-me o algodão.

E — Não, fica com ele que te dá um calorzinho.

A (agarra sua orelha, olha-me fixamente e começa a chorar pedindo que lhe tirem o algodão) — Assim não posso escutar!

E — Se tirar, vai doer mais, mamãe sabe.

A — Então quero ir ao médico. Mas papai, você garante que depois vamos comprar a máscara?

Pouco depois Alejo retira o algodão com violência, olha para a mãe desafiante e de repente começa a chorar, gritando: dói muito forte!

Alejo e eu compartilhamos hoje a “surdez” que padeci desde o começo do processo de consulta. A função analítica que represento, assim como a escola que os envia, corresponde à intervenção da cultura na endogamia familiar. Liga-se assim ao desvelar e, portanto, acha-se tamponada, como o ouvido de Alejo. Não devo nem deve saber.

A mãe tem o aval de Daniel, que não pode se discriminar do discurso dela. Ele conserva seu precário lugar enquanto questiona o laço indestrutível Elisa — mamãe, que se prolonga na violenta clausura endogâmica de Alejo. Foi assim expulso o pai real, reduzido desde o parto apenas a genitor?

À minha intrusão contrapõem o ouvido tamponado e a máscara. Também o menino deve aprender que questionar os mandamentos familiares traz uma dor ainda maior que a do submetimento e do fechamento dos ouvidos ao mundo, talvez o da perda do amor — o “calorzinho” amparador do laço familiar. Por isso, em seguida ao desafio, se submete e confirma o saber do discurso: dói muito forte! Então, mamãe é quem sabe.

A falta da marca paterna apa-

rece enunciada no discurso: "Faça um Papai Noel — diz Daniel — "Papai No-el"\*", que por sua vez enuncia uma verdade. Ele não é o papai. Nem é o pai biológico nem desempenha tal função. Também a analista é rejeitada enquanto possibilidade discriminadora.

Essa rica seqüência do relato familiar exemplifica o exercício da violência do discurso, neste caso encarnado na figura materna avalizada pelo pai, tendente a fechar os ouvidos de toda a família àquilo que vem do mundo e pode contrastar como uma fantasia familiar que não deve ser tocada. Freia-se toda a criatividade, todo objetivo diverso daquele pautado pela estrutura familiar.

Crença: ato cognitivo estruturado ao redor da dimensão de certeza — "mamãe sabe". Opõe-se às categorias possível-impossível e improvável-provável<sup>8</sup>.

Colocar em dúvida as próprias crenças exporia o grupo ao risco de se revelar o que deve permanecer oculto, inconsciente. Defendem-se desse reconhecimento, pois não há dor mais forte, nem mesmo a da própria enfermidade. O filho deverá associar-se a essa convicção, aprender o que é que mais dói nesta família. Saber que submetimento é premiado com amor. Por isso, é aconselhável aceitar esse preceito que, por sua vez, seus pais receberam de seus próprios pais. ("Se dói mais forte, é que a mamãe sabe".)

O discurso de certeza gera uma angústia que leva ao submetimento ou à rebeldia; esta última deve ser aniquilada por ser evidência de desejo.

O desejo é "o estrangeiro" nesta pátria monolítica, é aquele que torna o outro potencialmente indominável, até inimigo. O contrato social — que permite a

constituição do grupo humano — supõe uma renúncia à violência, assim como ao incesto. O destrutivo não é suprimido, mas sim derivado: seu objetivo passa a ser o grupo estrangeiro, o diferente<sup>4</sup>.

Afirma Levi-Strauss<sup>9</sup>: "Se sou um índio e encontro outro índio, de duas, uma: ele deve ser ou meu parente ou meu inimigo. E, se é meu inimigo, devo aproveitar a primeira ocasião para matá-lo, antes que ele próprio me mate".

Ser parente faz alusão à con-

**P**ara a psique  
todo destino inevitável  
constitui o modelo ou  
a representação  
paradigmática da violência.

sangüinidade, próxima à ordem da natureza, ou seja, ao idêntico. Ser parente aqui equivale a sustentar a ficção da igualdade, em concordância com a crença.

O sujeito acredita preservar-se da morte em tal paraíso amorfo; a lei do sangue é enunciada como um ilusório ponto de certeza, que preservaria do reconhecimento da finitude, isto é, para a psique, da castração. Contraposta a tal ordem, a cultura implica alteridade.

Mas não é a indiferenciação — que esvazia o pensamento e

limita a autonomia mental — por sua vez, um equivalente da morte, aniquilação parcial ou total da subjetividade?

Então se tem aqui a confrontação de duas violências: a da certeza, que tende à renegação da finitude e a violência inevitável deste ato não escolhido, isto é, a própria morte.

Creio que para a psique todo destino inevitável constitui o modelo ou a representação paradigmática da violência. Somente se contrapõem à esta a significação e o desejo, possibilitados precisamente pela aceitação da castração.

A Psicanálise do discurso sagrado tende à remoção da suposta "verdade", penumbra contraposta a todo descobrimento. Trata-se de possibilitar que aquilo que se repete perca sua univocidade, quer dizer, possua pelo menos dois significados diferentes. Entre eles, abre-se para o sujeito um resquício de opção. Poder-se-á articular um outro discurso familiar do qual se desfraldem os sujeitos desejantes? Seriam eles capazes de formular pelo menos uma interrogação que profane a religiosidade dos enunciados?

O discurso sagrado apresenta a palavra, não no lugar do ato violento, mas, sim, ela mesma, em função violenta, separando o sujeito de seu desejo e empurrando cada integrante da família para um lugar fixo e imutável.

Ao contrário, a reflexão psicanalítica iria na direção da não violência, fundada na possibilidade de reconhecer que o outro não é eu e que o outro e eu podemos circular no e em direção ao mundo exogâmico.

### Certeza e conhecimento

A aptidão para o conhecimento liga-se à possibilidade de contrastar o saber familiar onipotente com o que provém daquele denominado "estrangeiro".

<sup>8</sup> Em espanhol a separação de sílabas resulta num jogo de palavras que poderia ser traduzida por "Papai Não-ele" (N.T.)

Este será renegado se atacar os núcleos da mítica familiar. É preciso não saber para sustentar um discurso que pretende entronizar os pais como todo-poderosos, aos filhos como seus duplos e a todos como imortais.

A saída edípica focaliza a partir do sujeito implica a desidealização dos pais. Vê-los e ver-se posicionados em um encadeamento de gerações, como um elo a mais entre muitos outros.

Sobrevém uma espécie de trauma narcísico quando a criança vê seus pais, até então onipotentes, dependendo dos outros ou em relação com outros sentidos como melhores. Diz Bleichmar, esta é uma “castração social”<sup>3</sup>.

Porém, é justamente a decepção de descobrir que os pais, assim como todos os seus antepassados, não possuem todas as respostas, o que permite o desenvolvimento da curiosidade investigadora do sujeito. É a partir de interesses egoístas que a criança se torna um investigador. Se é julgado “mau” por causa de seus questionamentos, o processo de conhecer pode ser freado, inibido ou desviado, já que traria junto a pior das condenações, a perda do amor.

Para sustentar a busca do conhecimento, o sujeito deve renunciar a sustentar o discurso familiar como garantia de toda a verdade e assim tolerar a incerteza e a solidão.

Os outros já não “adivinham” o seu pensamento? Ele tem pois o direito de pensar o que o outro não pensa e, se desejá-lo, guardá-lo em segredo.

Sua atividade pensante não produzirá apenas o eco dos pensamentos próprios do discurso familiar e surgirá o “pensamento secreto”<sup>2</sup>. Ele paga um alto preço por isso, mas em troca recebe pela primeira vez uma forma de atividade solitária, não proibida e sim valorizada e através da qual ele se equipara aos outros e deixa de estar à sua mercê.

O conhecimento já não é prévio, como o saber da certeza: o ponto de partida imobilizador transforma-se em ponto mítico de chegada, motivo da aventura do conhecimento.

O sujeito busca na cultura alguns pontos fixos e certos, que sirvam de referência para os seus pensamentos, mínimas convicções compartilhadas com todos os outros, garantindo que se capte do mesmo modo a realidade humana<sup>1</sup>.

É a partir do processamento edípico que o sujeito se vê habi-

**P**ara sustentar a busca do conhecimento, o sujeito deve renunciar a sustentar o discurso familiar como garantia de toda a verdade e assim tolerar a incerteza e a solidão.

litado para enfrentar os grandes temas da humanidade, ligados à morte e à sexualidade.

O naufrágio do Complexo de Édipo instala as diferenças de gerações e as diferenças sexuais e estabelece a discriminação eu-outro, com o eclipse de relações de predomínio narcísico. Estimula-se o deslocamento da curiosidade sexual para outros interesses vitais, possibilitando-se os processos sublimatórios. Sua majestade a criança dá suporte ao narcisismo dos pais, alicerce de sua infinitude. Esta ilusão — ine-

xoravelmente presente — é posta à prova pelo impacto da castração. No trânsito da relação dual para a triangulação dá-se a simbolização. Passa-se do registro imaginário ao da linguagem e esta admissão à ordem simbólica se liga à ruptura da continuidade inicial e à possibilidade da heterogeneidade.

Pois bem, o Édipo — processo descrito por Freud para a instituição do sujeito — é um fenômeno cultural. A proibição do incesto — regra sem a qual não existe a cultura — antecede o indivíduo e ordena no âmbito da sexualidade, discriminando mulheres proibidas e permitidas.

Cada família organiza-se para que se cumpra de algum modo tal proibição: a aliança matrimonial que funda uma nova família se deriva da obediência do intercâmbio de mulheres a que o tabu conduz.

Esta continuará na próxima geração, com a necessidade de, por sua vez, ceder as filhas para a constituição de novas alianças.

Na família, o pai é designado como o representante da lei de proibição do incesto. A lei inclui: ser fiador de sua aliança matrimonial, garantir a saída dos filhos do círculo familiar e sustentar para si e para os seus a proibição da sexualidade nos vínculos consangüíneos.

A função paterna opõe-se a uma voz endogâmica que tende a reter os sujeitos sob o predomínio da consangüinidade. Sua força emerge da própria aliança, assim como dos emblemas culturais que dão suporte à exogamia e à diferenciação.

Lei cultural da aliança versus legalidade do sangue; de sua confrontação, específica em cada estrutura familiar, depende a possibilidade do processamento edípico do sujeito. Por isso digo: o Édipo é um efeito do funcionamento da estrutura familiar e da particularidade do exercício da função paterna em cada estrutura de parentesco.

Através da lei que o pai representa, lei da aliança exogâmica, o sujeito recebe um nome e um lugar na constelação familiar. Isso o habilita para o conhecimento e o inclui em uma ordem de oposições e diferenças, em que o outro cultural, o outro da linhagem de gerações e o outro sexual possuem um espaço tolerado e discriminado e o sujeito ordena-se em uma estirpe e posiciona-se em uma temporalidade.

#### Bibliografía

1. Aulagnier, Piera **Los destinos del placer**. Ediciones Petrel, Barcelona, 1979.
- 2 **El sentido perdido**. Ed. Trieb, Bs.As., 1980, Cap. 8.
- 3 Bleichmar, H. **El nascisismo**. Ed. Nueva Visión, Bs.As., 1983.
- 4 Clair, A. — **Freud y el hecho de la violencia**. Gaceta Psicológica, publicación de APBA, agosto/septiembre, 1987, Nº. 78, Pág. 45.
- 5 Dorey, R. — **El deseo de saber: naturaleza y destino de la curiosidad en Psicoanálisis**. Cap. V, Ed. Dunod, París, 1988.
- 6 Freud, S. — Tres ensayos de teoría sexual. Ed. Amorrortu, Bs.As., 1979, Tomo VII
- 7 — **El sepultamiento del Complejo de Edipo**. Idem, Tomo XIX
- 8 Kornblit, A. — **Semiótica de las relaciones familiares**. Paidós, Bs.As., 1984, Cap. 3.
- 9 Levi-Strauss, C. — **Las estructuras elementales de parentesco**. Paidós, Bs.As., 1981.
- 10 Rojas, M.C., Kleiman, S. Lamovsky, L., Levi, M., Rolfo, C. **La violencia en la familia: discurso de vida, discurso de muerte**. Revista Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupos, 1/2, XIII, 1990
- 11 Rojas, M.C. "Fundamentos de la clínica familiar psicoanalítica", en "Familia e Inconciente", Paidós, Bs.As. 1991.